

PROGRAMA COMUNITÁRIO DE ALIMENTAÇÃO

Vera Heloisa Pileggi Vinha¹ e José Eduardo Dutra de Oliveira²

Como os pré-escolares constituem um dos grupos mais vulneráveis à desnutrição e mais difíceis de serem atingidos pelos programas de alimentação e nutrição existentes, os autores propõem o Programa Comunitário de Alimentação (PCA), usando a própria comunidade com seus recursos físicos e seus produtos naturais e/ou industrializados, estimulando a produção sem alterar sua comercialização e educando a população sob o ponto de vista nutricional.

Introdução

Os organismos internacionais que trabalham em alimentação e nutrição têm salientado que, enquanto os países desenvolvidos, por causa da abundante disponibilidade de alimentos, do elevado poder de compra e de um adequado nível educacional, praticamente não necessitam programas de distribuição de alimentos, o mesmo não ocorre nos países em desenvolvimento. Estes enfrentam uma situação alimentar muito grave, especialmente no que se refere a seus grupos mais vulneráveis, que são os mais atingidos pela desnutrição. Acresça-se também a elevada proporção da população jovem nesses países e a inclusão de escolares e pré-escolares nesses grupos.

Os lactentes e os pré-escolares representam os grupos populacionais mais vulneráveis às deficiências nutricionais, do ponto de vista tanto social como psicológico (4). A Investigação Interamericana de Mortalidade Infantil (6) mostrou que 57% dos óbitos

de menores de 5 anos nas Américas foram decorrentes de desnutrição como causa primária ou associada, colocando a deficiência nutricional como um dos principais responsáveis pela alta mortalidade infantil.

E de se salientar, entretanto, que a população atingida pela desnutrição é bem maior do que aquela que morre. Segundo Bengoa (1), há pelo menos 100 milhões de crianças mal nutridas no mundo, a maioria nos países em desenvolvimento. Para a Organização Mundial da Saúde (5), de 0,5 a 5% das crianças de menos de 6 anos de idade sofrem formas graves de malnutrição protéico-calórica e de 4 a 40% acusam a forma moderada.

Esse grupo sobrevivente pode apresentar diversos tipos de déficits e por tempo bastante variado, trazendo como conseqüência alterações transitórias ou permanentes de determinadas funções. Para Cravioto (2), as conseqüências são: atraso no crescimento, alterações fisiológicas e retardamento de alguns aspectos da maturação bioquímica.

Embora se reconheça que os grupos prioritários e o seu atendimento podem variar de um país para outro ou mesmo entre regiões, parece não haver dúvida de que um

¹ Assistente Doutora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

² Professor Titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

dos mais importantes e dos mais difíceis de atingir é dos pré-escolares. Ademais, na estrutura social da família, eles não ocupam lugar de destaque sob o ponto de vista alimentar, apesar de se encontrarem numa fase de crescimento rápido, que demanda relativamente maior consumo de calorias e nutrientes essenciais.

Entre as instituições que proporcionam alimento ao pré-escolar existem os parques infantis, que têm por objetivo cuidar e alimentar, em média, de 200 a 300 crianças para que as mães possam trabalhar. São de instalação e manutenção onerosas e os poucos que existem não atendem a uma parcela significativa da população.

Existem também as "creches", que são casas ou departamentos mantidos por instituições filantrópicas, religiosas ou (em alguns casos esparsos) governamentais, cujo objetivo é cuidar da criança durante o período (8 horas) em que a mãe trabalha fora do lar. Nelas recebem alimentação e cuidados higiênicos de 60 a 90 crianças em média — e de 150 a 200 no máximo — numa faixa etária que vai de 6 meses a 6 anos incompletos. Também as creches são pouco numerosas, devido ao alto custo de sua organização e manutenção.

Com função precipuamente curativa, não devendo por isso mesmo atender a toda a população escolar, há o Serviço de Educação e Recuperação Nutricional (SERN) que tem por objetivo recuperar os desnutridos de II y III graus, sem patologia grave, e educar as mães sob o ponto de vista nutricional.

As unidades materno-infantis por sua vez, dentre outras atividades na área de saúde, geralmente fornecem leite em pó às crianças de 0 a 1 ano de idade (excepcionalmente até 2 anos). Pela estrutura que apresentam e pelo número de pessoal existente, seria difícil ampliar eficazmente esse atendimento às crianças até 6 anos.

Gandra (3), após analisar diferentes programas de assistência ao pré-escolar, pondo em destaque que são inadequados e

reduzidos, propõe a criação do Centro de Educação e Assistência Alimentar ao Pré-Escolar (CEAPE), utilizando a infraestrutura existente no ensino primário.

Outra possibilidade de atingir o pré-escolar é o Programa Comunitário de Alimentação (PCA) objeto deste trabalho. Nesse programa, é salientada a importância de que o atendimento do pré-escolar seja sempre feito com a participação da comunidade e a utilização de recursos locais, para não desestimular a produção nem alterar a comercialização usual dos alimentos. O PCA dá grande ênfase ao aspecto educacional tanto das crianças como das mães e dos elementos da comunidade que dele participam. Tem por objetivo fornecer um suplemento alimentar ao pré-escolar, utilizando a rede comercial tradicional e educar a população sob o ponto de vista nutricional.

Justifica-se a utilização dos estabelecimentos tradicionais como centros de distribuição por ser neles que a população de um modo geral, e particularmente a das zonas periurbanas pobres, adquire os seus alimentos. Nessas zonas mais pobres, a população não dispõe de redes de supermercados, servindo-se de estabelecimentos comerciais que fazem as vezes de bares, armazéns e mercearias e que vendem de tudo um pouco, abrindo as portas com o alvorecer do dia, fechando-as tarde da noite e normalmente mantendo-as abertas nos fins de semana. Procurados com freqüência quase que diária pela população circundante, são encontrados em número suficiente e estão bem distribuídos geograficamente para atender à demanda populacional.

Esses estabelecimentos podem ser utilizados para a distribuição de muitos alimentos ou suplementos para a população vizinha, tanto adulta como infantil. Via de regra, o pré-escolar necessita um acompanhante toda vez que se ausenta do lar. Dependendo, porém, da localização do centro de distribuição em relação a sua moradia, poderá ir sozinho se a distância for bastante pequena,

ou acompanhado de um irmão ou outra criança qualquer, se a distância for um pouco maior; mas necessitará da companhia de um adulto se aquele centro estiver bem distante. Acrescente-se ainda que a procura do alimento no centro de distribuição pelo próprio pré-escolar não é afetada por sua idade mas o é pela distância moradia/centro e pela reciprocidade de conhecimento entre os donos dos estabelecimentos e os familiares da criança.

Os donos de tais casas comerciais estão, por efeito mesmo de sua profissão, preparados para atuar em programas de suplementação alimentar, distribuindo suplementos nas comunidades como parte integrante de suas atividades rotineiras.

O suplemento alimentar a ser distribuído à população deve ser produzido e industrializado na região onde será realizado o programa e pode variar de uma região para outra. Isso torna o suplemento mais barato, uma vez que não o onera com o transporte de uma região para outra. Em regiões em que não há produção ou industrialização de um produto natural, a alternativa é transportar o suplemento alimentar das zonas ou regiões mais próximas.

A utilização da rede comercial tradicional já existente e de um suplemento produzido e industrializado na região evitaria a criação de novas estruturas para fazê-lo chegar à criança, dispensando a instalação de centros de distribuição com pessoal pago pelo programa e ônus com transporte. Os bares/armazéns praticamente não oneram o programa, nem com instalações, nem com pessoal, e o transporte não é outro senão aquele normalmente usado rotineiramente pelas indústrias para fazer seus produtos chegarem ao mercado.

Essa conduta tem seu apoio logístico na própria comunidade, usando seus recursos físicos — casas comerciais locais — e seus produtos naturais e/ou industrializados, e assim estimulando a produção sem alterar sua comercialização.

Tem função educativa por excelência,

pois educa, sob o ponto de vista nutricional, os donos daqueles estabelecimentos comerciais, os pais das crianças que participam do programa e as próprias crianças. Acresce que, através da educação, leva a população a criar o hábito de adquirir nesses estabelecimentos alimentos melhores.

Ao contrário de outros programas ou serviços, que permanecem estanques por períodos relativamente longos, o PCA pode atender à demanda de toda a população necessitada, pois o número de estabelecimentos comerciais do gênero descrito acompanha o crescimento da população. As informações necessárias para organizá-lo podem ser extraídas dos dados epidemiológicos geralmente publicados pelos órgãos de saúde ou obtidas mediante inquéritos aplicados a uma amostra de 5% da população alvo, a fim de avaliar o consumo de alimentos. E podem-se utilizar também dados sobre a distribuição regional de famílias de baixa renda mensal per capita.

O programa deve ser implantado em áreas onde há população vulnerável com problemas nutricionais, onde os coeficientes de morbidade e mortalidade são elevados e em regiões onde os centros tradicionais de distribuição são poucos, não atingindo uma parcela significativa da população carente.

O PCA em Ribeirão Preto

Com o objetivo de estudar e testar a dinâmica de funcionamento do PCA, bem como de detectar todas as variáveis que poderiam nele interferir, foram organizados dois programas na zona periurbana da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, onde foram atendidas 555 pré-escolares, trabalhando-se com sete pequenos comerciantes durante nove meses.

Organização

O programa pode ser subvencionado pelo poder público ou por entidades privadas,

inclusive os chamados “clubes de serviços”, que cobririam, por exemplo, despesas de pessoal, recipientes para o suplemento alimentar, material de escritório, etc. O produto alimentar, porém, por ser a parte mais onerosa do programa, deveria ser financiado pelo governo federal, estadual ou municipal, o que não impediria, contudo, a participação de outras entidades não governamentais. O programa que deu origem ao presente trabalho foi subvencionado pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo, com sede central oferecida pela Prefeitura Municipal e os locais de reuniões nos bairros postos à disposição por instituições religiosas ou filantrópicas que neles atuavam.

No programa aqui descrito, observou-se a seguinte organização:

1. Escolha e seleção do grupo populacional vulnerável a ser atingido, no presente caso, o dos pré-escolares;

2. Seleção da área ou das áreas onde se desejava operar (normalmente, uma ou mais zonas periurbanas), utilizando-se mapas dos locais selecionados, nos quais foram demarcados os limites periféricos das áreas, contadas as quadras e identificados os nomes das ruas.

3. Levantamento das áreas, feito com voluntários, estudantes de diferentes níveis e, quando disponíveis, com funcionários, e tendo como objetivo localizar nas respectivas quadras, para mapeamento posterior, as moradias e os estabelecimentos comerciais tradicionais, e identificar a população pré-escolar (que foi de 1,5 criança por moradia).

4. Contatos: com os donos de bares/armazéns e com as famílias para expor os objetivos, finalidades, meios, normas e rotinas de funcionamento do PCA; com os pequenos comerciantes, para conhecer seu interesse em participar do programa, verificar se seus estabelecimentos possuíam geladeira, saber do número de crianças que poderiam atender diariamente, obter garantias de que os pré-escolares tomariam o leite no próprio local e combinar formas de pagamento; com as famílias, para saber quais se interessavam em participar no programa e qual o número de crianças de 2 a 6 anos existentes no domicílio; com a usina de pasteurização—no caso do PCA que trabalhou com leite pasteurizado—para fixação de quotas, paga-

mentos e transporte do leite para as áreas de ação; com fábricas de alumínio, para confecção das canecas que foram entregues aos pré-escolares; com tipografias, para impressão dos vales-copos de leite; com fotografos, a fim de obter por preço mínimo as fotos dos pré-escolares para carteiras de identidade; com instituições filantrópicas, a fim de conseguir local para instalação das sedes do programa nas respectivas áreas.

Material (fotografia 1)

No transcorrer do trabalho, foram utilizados:

1. Suplemento alimentar, no presente caso, leite pasteurizado;
2. Copos de alumínio com capacidade de 200 ml;
3. Carteiras de identidade das crianças;
4. Vales-copos de leite, nominais e específicos para cada centro de distribuição;
5. Vales-litros de leite (o PCA os adquiria na usina e entregava uma quota mensal ao dono do bar/armazém);
6. Material de escritório: pastas, papéis, lápis, canetas, etc., usados na sede central.

O programa forneceu a cada criança um copo de alumínio, confeccionou e forneceu a carteira de identidade e os vales-copos de leite.

Optou-se pelo copo de alumínio por ser de menor custo, comparado com os descartáveis. A criança o levava de casa para beber o leite no bar, trazendo nele açúcar, farinha, chocolate ou café, isto é, aquilo que melhor lhe agradava ao paladar.

A carteira de identidade era feita por ocasião da inscrição da criança no programa. No início da distribuição, servia para identificá-la perante os comerciantes, assim como para imprimir um caráter de seriedade ao programa: marcava a criança inscrita e criava um compromisso entre ela e o PCA, permitindo-lhe exigir o leite nos horários estabelecidos e facilitando seu pronto atendimento caso se mudasse para outro setor do programa.

Cada vale-copo de leite correspondia a

FOTOGRAFIA 1—Copo de alumínio, carteira de identidade, e vale-copo de leite.



uma quota de 200 ml. A criança tinha uma quota de 400 ml de leite diários. Como ia duas vezes ao bar e levava um vale-copo de leite de cada vez, este servia para controlar a frequência e a quantidade de leite que estava tomando. Impressos em papéis de diferentes cores — uma cor para cada estabelecimento — constavam no “vales” o local da distribuição pelo nome popularmente conhecido na área (p. ex., Bar do Português) e o nome da criança, para controle de frequência, e facilitando também aos donos dos estabelecimentos o controle do consumo de leite.

Dinâmica da distribuição

Após os levantamentos já citados e os contatos para montagem e instalação do programa, as crianças foram distribuídas para serem atendidas dentro da menor distância possível entre sua moradia e o centro de distribuição, cuja capacidade de atendi-

mento que oscilava entre 40 e 50 crianças, era também considerada.

A criança ia sozinha ao centro distribuidor, duas vezes ao dia, nos horários que melhor lhe conviessem, entre 7 e 18 horas, e tomava o leite dentro do estabelecimento, sob as vistas do proprietário, garantindo-se assim a ingestão diária de 400 ml de leite (fotografia 2). Levava consigo a caneca, um dos vales-copos de leite que retirava mensalmente na sede e a carteira de identidade (necessária apenas até a criança ficar conhecida).

O transporte do leite da usina de pasteurização aos centros de distribuição seguia as vias normais já existentes, ocorrendo apenas um aumento na quota diariamente recebida pelo estabelecimento. Já de posse dos vales-litros de leite que o programa adquiria da usina e lhe entregava no início de cada mês, e com os quais “pagava” a distribuidora, o comerciante fazia o controle da quantidade necessária por dia mediante a descarga do dia anterior.

FOTOGRAFIA 2— Crianças bebendo leite.



Semanalmente, o programa recolhia nos estabelecimentos os vales-copos de leite, lançava-os na folha de frequência própria e, no final do mês, confrontava suas entradas com as saídas. Por aquelas folhas de frequência era possível um controle diário do comparecimento das crianças, permitindo uma supervisão contínua do movimento global do programa: possíveis falhas, faltas, desistências e quantidade de leite ingerido.

Para uma população infantil de 500 crianças de 2 a 6 anos, uma visitadora sanitária treinada em nutrição poderá supervisionar toda a área, visitando semanalmente os centros de distribuição para controlar e verificar sua dinâmica. Poderá fazer visitas domiciliares mensalmente ou mesmo em prazos mais curtos, se houver fato que justifique uma visita antecipada. Em locais onde o programa já está implantado há algum tempo, essas visitas poderão ser feitas quinzenalmente.

Educação

A parte da educação dos participantes do programa foi feita através de grupos de discussão e aulas educativas para os proprietários dos bares/armazéns, para os pais dos pré-escolares e para os próprios pré-escolares.

As primeiras reuniões antecederam o início da distribuição do suplemento alimentar e objetivaram esclarecer os seguintes pontos básicos: o que é o PCA e por que visava atingir o pré-escolar e não outros grupos; explicações sobre o crescimento e desenvolvimento infantil e sua relação com a alimentação; causas de desnutrição; mortalidade e morbidade no país; e danos físicos e mentais à criança.

Em seguida, passaram a se realizar reuniões mensais para donos de bares/armazéns e para as mães (fotografias 3 y 4), a fim de recolher informações sobre o andamento

FOTOGRAFIA 3— Reunião com comerciantes participantes.



FOTOGRAFIA 4— Aula educativa para mães.



do programa, prestar novos esclarecimentos ou comunicar modificações no seu andamento, se houvesse; e na segunda parte, a fim de ministrar aulas mais pormenorizadas sobre a ingestão de alimentos e sua relação com crescimento e desenvolvimento infantil.

Com os pré-escolares eram feitas reuniões semanais, para deles colher as informações que lhes tocavam mais de perto, como o atendimento que estavam recebendo dos comerciantes, como seus pais estavam vendo o programa, e assim por diante (fotografia 5). Nessas reuniões, eram-lhes contadas estórias infantis simples, nas quais os heróis sempre venciam devido a uma alimentação adequada, rica em leite. Usavam-se muito, como recursos audiovisuais, estorinhas adquiridas no mercado, inclusive com *slides*. Também se usou a dramatização, cuja tônica era sempre motivá-los a ir ao bar beber o leite. As reuniões eram feitas com as crianças matriculadas em cada centro, procurando-se não aumentar o grupo com

crianças de outros centros.

Eram semanalmente visitados os estabelecimentos distribuidores, para recolher os vales-copos de leite e para supervisão do desenrolar do trabalho. Na primeira semana do mês, fazia-se junto com o proprietário o cálculo das entradas de vales-copos e saídas de vales-litros do mês anterior. A título de estímulo e remuneração por trabalho prestado, o programa lhe efetuava um pagamento previamente combinado por copo de leite distribuído. Foi um sistema altamente benéfico para o programa, já que tinha no distribuidor uma pessoa interessada em fazer a criança beber leite. Faziam-se visitas domiciliares às mães quando os pré-escolares faltavam freqüentemente ou surgiam outros motivos.

Sede e pessoal

A sede do PCA foi instalada na própria área programática, em uma sala cedida por

FOTOGRAFIA 5—Aula educativa para crianças.



uma instituição filantrópica que ali atuava. Só contava com duas funcionárias: a visitadora, com instrução de nível secundário, que foi treinada para trabalhar no programa em um curso de 70 horas, e uma escriturária, também treinada para registrar as freqüências, preencher os vales-copos de leite e executar os serviços rotineiros de manutenção da sede, aberta durante oito horas por dia.

Cabia à visitadora a responsabilidade pelas reuniões, pelos grupos educativos, pela supervisão do trabalho em campo e por todos os contatos entre o programa, a comunidade e a usina de pasteurização. (Para um grupo de 500 crianças, duas funcionárias são suficientes e poderão ser cedidas pelas prefeituras e/ou pagas por clubes de serviços.)

Avaliação

A avaliação do programa pode ser feita por seus aspectos a curto e a longo prazo.

A curto prazo:

1. Pela freqüência das crianças aos centros de distribuição; e
2. Pela aceitação do suplemento alimentar e progressivo aumento do seu consumo diário.

A longo prazo:

1. Pelo envolvimento da comunidade, ou seja do produtor, do distribuidor e do consumidor;
2. Pela diminuição dos coeficientes de morbidade e mortalidade na região programática; e
3. Pela verificação do aumento, se houve, do volume de leite ou outro suplemento alimentar adquirido pela população nos estabelecimentos tradicionais, devido ao hábito de consumo infundido na criança.

Custos

O cálculo se baseia num programa elaborado para atender a 500 pré-escolares no período de um ano, incluindo-se pessoal (uma visitadora sanitária e uma escriturária),

vasilhame (500 canecas de alumínio), material de escritório, vales e leite, o que soma EUA\$20.386,69. Como serão distribuídos 360.000 copos de leite, o custo será de EUA\$0,11 por criança/dia.

Conclusões

Ao concluir, é importante salientar que:

1. O PCA tem uma ação preventiva, alimentando a criança antes de ocorrer a desnutrição.
2. Atinge, em qualquer época, a demanda populacional.
3. É educativo, por estimular a população a adquirir na rede comercial existente os alimentos mais nutritivos.
4. É econômico, por contar com a participação da comunidade, por utilizar a produção regional, a industrialização local, a rede comercial e outros recursos existentes na comunidade. Não cria novas estruturas.
5. É fácil de ser controlado, por usar apenas "vales" e por permitir o controle das próprias crianças, das mães e dos comerciantes, cada um com interesses próprios e complementares.
6. É facilmente aplicável, por usar estabelecimentos que constituem centros naturais existentes em número suficiente na comunidade, são locais conhecidos e freqüentados pela população e poderão ser usados para a distribuição de alimentos ou suplementos, não só para o pré-escolar como para outros grupos necessitados.
7. É de caráter governamental, quer federal, estadual ou municipal.

Resumo

Os pré-escolares constituem um dos grupos mais vulneráveis à desnutrição, pois, se encontram em fase de crescimento e desenvolvimento rápidos e não ocupam, sob o ponto de vista nutricional, lugar de destaque na estrutura familiar, além de serem o grupo mais difícil de ser atingido pelos programas de alimentação e nutrição. As instituições que dão assistência nutricional ao pré-escolar não atingem parcela significativa da população. Visando atingir ao pré-escolar de maneira eficaz, propõe-se o Programa Comunitário de Alimentação

(PCA), que deve ser executado com a participação da comunidade e a utilização de recursos locais já existentes — a rede comercial tradicional de bares/armazéns — para não desestimular a produção e nem alterar a comercialização usual dos alimentos. O PCA, dá grande ênfase ao aspecto educacional tanto das crianças como das mães e dos proprietários dos bares/armazéns. É descrito todo o mecanismo para a instala-

ção e funcionamento de um programa, concluindo os autores que o mesmo tem ação preventiva, atende à demanda populacional e é educativo, econômico e fácil de ser controlado e aplicado. O uso de produtos naturais e/ou industrializados na própria região estimula a sua produção, e não interfere na sua comercialização e distribuição usuais. O programa não requer a criação de novas estruturas. ■

REFERÊNCIAS

- (1) Bengoa, J. M. El problema de la malnutrición. *Cron OMS* 28(1):307, 1974.
- (2) Cravioto, J. La desnutrición proteico-calórica. *Bol Of Sanit Panam* 61(4):285-304, 1966.
- (3) Gandra, Y. R. Asistencia alimentaria por medio de centros de educación y alimentación del preescolar. *Bol Of Sanit Panam* 74(4):302-314, 1973.
- (4) Kevany, J. P. Problemas de nutrición del niño preescolar en América Latina. *Bol Of Sanit Panam* 60(4):282-292, 1966.
- (5) Organización Mundial da Saúde. Malnutrición y desarrollo mental. *Cron OMS* 28(3):10-110, 1974.
- (6) Puffer, R. R. y C. V. Serrano. *Características de la mortalidad en la niñez - Informe de la Investigación Interamericana de Mortalidad en la Niñez*. Organización Pan-Americana da Saúde. Publicação Científica 262. Washington, D.C., 1973. 510 págs.

Programa Comunitario de Alimentación (Resumen)

Los preescolares constituyen uno de los grupos más vulnerables a la desnutrición, ya que se encuentran en fase de crecimiento y desarrollo rápidos y no ocupan, desde el punto de vista nutricional, un lugar destacado en la estructura familiar, además de ser el grupo menos accesible para los programas de alimentación y nutrición. Las instituciones que prestan asistencia nutricional a los preescolares no llegan a una porción significativa de la población. Con el fin de llegar a los preescolares de manera eficaz, se proyecta el Programa Comunitario de Alimentación, que debe ser llevado a cabo con la participación de la comunidad y la utilización de recursos locales ya existentes (la red comercial tra-

dicional de bares/almacenes) para no desalentar la producción ni alterar la comercialización usual de los alimentos. El Programa da gran importancia a la educación tanto de los niños como de las madres y de los propietarios de bares/almacenes. Tras describir todo el mecanismo para la instalación y funcionamiento del programa, concluyen los autores que este tiene acción preventiva, responde a la demanda de la población y es educativo, económico y fácil de controlar y aplicar. El uso de productos naturales o industrializados en la misma región estimula su producción y no interfiere su comercialización y distribución habituales. El programa no exige la creación de nuevas estructuras.

A Community Food Program (Summary)

Pre-school children are one of the groups most vulnerable to malnutrition since they are at a stage of rapid growth and development, are

not in a priority position in the family structure from the nutritional standpoint, and are least accessible to food and nutrition programs. Insti-

tutions implementing welfare nutrition programs for pre-school children do not serve a significant percentage of the population. In order to reach pre-school children more effectively, a Community Food Program was planned which would be carried out with community participation, using existing local resources (the traditional marketing system of stores) so as not to discourage production nor change the customary form of marketing foods. The Program places great emphasis on education of both children and mothers, as well as of the owners of

the stores. After describing the machinery for introducing and operating the program, the authors conclude that it has a preventive effect, meets the need of the population, and is educational, economical, and easy to supervise and apply. The use of natural or manufactured products in the same region stimulates their production and does not interfere with their customary marketing and distribution. The program does not call for the establishment of new structures.

Programme communautaire d'Alimentation (Résumé)

Les enfants en âge pré-scolaire forment un des groupes les plus vulnérables à la sous-alimentation; ils sont en effet dans une phase de croissance et de développement rapides et, du point de vue nutritionnel, ils n'occupent pas une place à part dans la structure familiale; en outre, c'est le groupe le moins accessible aux programmes d'alimentation et de nutrition. Une part importante de la population n'est pas touchée par les institutions qui fournissent une aide nutritionnelle aux enfants en âge pré-scolaire. Pour atteindre ceux-ci de façon efficace, le Programme communautaire d'Alimentation est prévu, avec la participation de la communauté et l'utilisation des ressources locales existantes (le réseau commercial traditionnel de l'épicerie-buvette) pour ne pas décourager la

production ni altérer la commercialisation habituelle des aliments. Le Programme attache une importance particulière non seulement à l'éducation des enfants mais aussi à celle des mères et des propriétaires des épicerie-buvettes. Les auteurs décrivent en détail le mécanisme d'installation et de fonctionnement du programme et déclarent, pour conclure, que celui-ci joue un rôle préventif, qu'il répond à la demande de la population, qu'il est éducatif, économique et facile à contrôler et à appliquer. L'utilisation sur place de produits naturels ou industrialisés en stimule la production et n'interfère pas dans le circuit habituel de commercialisation et de distribution. Le programme n'exige pas la création de nouvelles structures.